

Ano 12, Vol XXII, Número 1, Jan-Jun, 2019, p.388-396.

A LONGA PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, EM CASTANHAL/PA

Dyandra Jamilyle Rosário da Silva

Rivânia da Silva Lima

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados alcançados durante o desenvolvimento da pesquisa intitulada “A longa permanência de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, em Castanhal/PA”, fruto da experiência em Estágio Supervisionado, sobre crianças e adolescentes em situação de longa permanência, inseridas no serviço de acolhimento institucional, aplicado por medida de proteção judicial devido a violações de direitos. Identifica os motivos que contribuem para a permanência por tempo superior ao que é previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e sem a possibilidade para um desligamento institucional. Foi utilizada a pesquisa bibliográfico-documental.

Palavras-chave: Violações de direitos; Acolhimento institucional; Criança e Adolescente.

ABSTRACT

This article presents the results achieved during the development of the research entitled "The long stay of children and adolescents in an institutional reception situation in Castanhal / PA", as a result of experience in Supervised Internship, about children and adolescents in long term in the institutional reception service, applied by judicial protection measure due to violations of rights. It identifies the reasons that contribute to the stay for a longer time than is provided for in the Child and Adolescent Statute (ECA) and without the possibility of an institutional disengagement. The bibliographic-documentary research was used.

Keywords: Violations of rights; Institutional shelter; Child and teenager.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta os resultados alcançados durante o desenvolvimento da pesquisa intitulada “A longa permanência de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, em Castanhal, Pará”, o qual investiga os motivos que contribuem para a permanência por tempo superior ao que é previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e sem a possibilidade para um desligamento

institucional. Para a coleta de dados, a pesquisa documental foi efetivada através de análise dos instrumentos de trabalho do profissional do Serviço Social desta instituição, sendo eles, Relatório Social, Plano de Atendimento Individual (PIA) e Parecer técnico.

Para subsidiar tal análise e discussão, foram realizados estudos de literatura acadêmica que aborda o debate teórico sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes em livros, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses e legislações vigentes. Para compreender a realidade estudada utilizamos o método dialético assegurando o entendimento da realidade socioeconômica, o qual permite aproximar-se de uma totalidade concreta, tendo como base o pensamento de Gil (1999, p.32) “[...] a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências”.

1. INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA, VIOLAÇÕES DE DIREITOS E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

1.1 Fundamentos teóricos sobre a infância e adolescência

A noção de infância que temos hoje foi construída ao longo de gerações, e por ser histórica apresenta-se de diferentes formas em diferentes culturas. Nessa perspectiva falando sobre a infância e adolescência de uma forma mundial e histórica podemos dizer que quanto mais olhamos para o passado vamos identificar a falta de proteção e exposição a diversas formas de violações de direitos que crianças e adolescentes foram e ainda são submetidas. Segundo Niehues (2012) cada lugar no mundo tem sua própria

cultura e a forma de interpretar a infância e julgar até onde o indivíduo ainda é criança ou adolescente, logo a perspectiva de como os enxergamos pode ser extremamente diferente do outro.

Para Ariès (1981), a concepção de criança anterior ao século XVII, a mesma era considerada um adulto em miniatura, pois, participavam de ocasiões inapropriadas para o seu desenvolvimento. Estas ocasiões inapropriadas poderiam acontecer com crianças a partir de três anos de idade que passavam a frequentar lugares juntamente aos adultos, como enforcamentos de pessoas em locais públicos, orgias, e participavam de trabalhos em condições precárias.

Foi na Idade Moderna que o sentimento pela infância veio a se fortalecer, esse sentimento surgiu entre os clérigos e moralistas, preocupados com os costumes e a disciplina, teve forte influência na e no modelo educacional (ARIÈS, 1981). A segregação social também fez parte da história da infância e a partir de suas análises o mesmo autor percebeu que a criança e o adolescente que recebia uma boa educação pertencia às classes dos que possuíam posições valorizadas na sociedade da época, as diferenciando de outras que pertenciam as camadas populares.

Conclui-se que até os dias de hoje crianças e adolescentes vivenciam particularidades diversas, de acordo com a sua classe social, cultural, etnia, escolaridade, salientando que não há superioridade de uma em relação a outra.

1.2 Violações de direitos de crianças e adolescentes

O Brasil, país que segue como política o neoliberalismo, da qual contribui fundamentalmente para estimular as desigualdades sociais tem na sua história cicatrizes

profundas em relação a situações que envolvem violações de direitos. Crianças e adolescentes passaram e passam por violações de direitos, considerando que a sociedade é extremamente desigual, logo para muitos as oportunidades serão escassas ou inexistentes devido à omissão do Estado, segundo Faleiros (2007).

Violências físicas, psicológicas, sexuais e formas de negligência são algumas características de violações de direitos, possuímos legislação como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para a prevenção e aplicação de penas. Porém, mesmo com a legislação vigente, que foi um grande avanço para a proteção da infância e adolescência, casos de violações de direitos ainda são uma realidade vivenciada por inúmeras crianças e adolescentes, que dependendo do contexto, podem ter uma medida de proteção judicial aplicada e serem encaminhadas de forma temporária para um serviço de acolhimento institucional.

2. ALGUMAS CONCEPÇÕES SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE VIVENCIAM A LONGA PERMANÊNCIA EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes é uma medida de proteção judicial garantida no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu artigo 101, que tem como objetivo proteger sujeitos que se encontram em processo de sofrimento por violações de direitos e que temporariamente precisam ser afastados do seu contexto familiar e comunitário. No Brasil a prática de institucionalizar sempre esteve presente na história da infância e adolescência, é recente a preocupação em não institucionalizar por motivos como a falta de recursos materiais das famílias. O serviço de acolhimento deve priorizar a família natural dos sujeitos acolhidos, priorizando um

trabalho que estimule a convivência familiar e o fortalecimento de vínculos objetivando a reintegração familiar.

Bronfenbrenner (1996) montou variadas hipóteses sobre a situação psíquica dos sujeitos que acabam por crescer e se desenvolver por diversos motivos em ambientes de instituição. Este em sua análise reflete que um processo de longa permanência neste ambiente em específico poderá trazer efeitos nocivos para o desenvolvimento de tais pessoas, como desequilíbrios cognitivos, emocionais e sociais.

Para Cuneo (s/d) sujeitos que estão institucionalizados em situação de longa permanência sofrem conflitos por vivenciarem uma rotina rígida onde convivem quase sempre com as mesmas pessoas. E por não estar dentro de um contexto familiar e comunitário e em algumas situações não convive e não recebe visita de nenhum dos seus familiares faz com que este sujeito não tenha interações emocionais e de apego reais e significantes com pessoas.

3. RESULTADOS

O período da coleta de dados foi em novembro do ano 2016, no Centro de Acolhimento Municipal para crianças e adolescentes Alzira Cely Cardoso Pinto - CEAMCA, localizado no município de Castanhal, Estado do Pará. Para esta análise, levou-se em consideração algumas variáveis, tais como: sexo, idade, período de tempo superior a dois anos, vínculos familiares, situação familiar, objetivando servirem como suporte para a análise dos dados coletados e a construção do perfil dos mesmos. Diante disso, obtivemos os seguintes resultados.

Verificou-se que dentre os sete sujeitos acolhidos, entre crianças e adolescentes, três são do sexo feminino, quatro são do sexo masculino, as idades variavam de 02 a 14 anos, duas crianças pertencem a grupo de irmãos e uma criança é Pessoa com Deficiência (PCD). Constatou-se que nenhum deles recebiam visita dos seus familiares, conseqüentemente com vínculos familiares rompidos, e todos possuíam familiares que vivenciavam conflitos pelo uso de substâncias entorpecentes ilícitas. Sendo essa uma particularidade importante a ser colocada, pois, é necessário que seja realizado um trabalho de atenção a estas famílias, vítimas também de um Estado neoliberal, com políticas sociais que seguem como trinômio privatização, focalização e descentralização.

Além disso, outro motivo a ser destacado que contribui para esta longa permanência, é a condição dos adolescentes em situação de acolhimento institucional, Gurgel (s/d) coloca que crianças a partir de onze anos de idade não tem nenhuma perspectiva de serem adotadas e principalmente quando fazem parte de grupo de irmãos e estão há bastante tempo acolhidos em uma instituição:

Outro fator a ser considerado é o tempo de acolhimento institucional da criança e o preconceito com relação às crianças maiores, pois os pais adotantes acreditam que não podem moldar o comportamento delas, uma vez que elas têm um passado, uma história e, assim, mais consciência dos traumas vivenciados, além de personalidade mais definida. Em contrapartida, a maioria das nossas relações é com pessoas de criações diferentes e, dessa forma, crescemos e aprendemos com elas. Os candidatos a pais alegam também que evitam a adoção tardia pela adaptação à família poder ser mais difícil e trabalhosa. (GURGEL, s/d, p. 04).

Diante do exposto, compreende-se que crianças e adolescentes inseridas em serviço de acolhimento institucional através de uma medida de proteção judicial, e que vivenciam uma longa permanência, se desenvolvendo sem a existência de vínculos familiares, é mais uma expressão da “questão social”, vivenciada por milhares de famílias brasileiras, Iamamoto (2013), coloca que:

A “questão social” condensa múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (IAMAMOTO 2013, p. 330).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo uma expressão da “questão social”, a situação de crianças e adolescentes inseridas em acolhimento institucional vivenciando uma longa permanência, é necessário dialogar sobre, com o intuito de se elaborar políticas públicas, sociais, projetos, programas, que contribuam para sua erradicação e que combatam as violações de direitos, objetivando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

A pesquisa apresenta dados de uma realidade vivenciada por inúmeras crianças e adolescentes no Brasil, que estão se desenvolvendo institucionalizadas, cabendo ao Estado o papel de acompanhar o processo de institucionalização, para que o mesmo não exceda o período de dois anos, instituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Ademais, salientamos a importância da prevenção de violações de direitos, responsáveis pela ruptura de vínculos familiares e comunitários, sendo necessário a efetivação do trabalho da rede de serviços visando a proteção da infância e adolescência.

REFERENCIAL

ARIÈS, Phillipe. **A História social da criança e da família**.2^a. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente/ ECA**. Lei Federal n° 8069, de 13 de julho de. 1990.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CUNEO, Monica Rodrigues. **Abrigamento prolongado: Os filhos do esquecimento**. Rio de Janeiro: IBRAPE, 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **ESCOLA QUE PROTEGE: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, edição eletrônica. 100 p. ISBN 978-85-60731-33-6, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**- 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GURGEL, Karina Machado Rocha. **A realidade sobre a espera pela adoção**: a diferença entre o perfil desejado pelos pais adotantes e o perfil das crianças disponíveis para serem adotadas. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/cidadaos/infancia-e-juventude/textos-e-artigos/a-realidade-sobre-a-espera-pela-adocao-a-diferenca-entre-o-perfil-desejado-pelos-paisadotantes-e-as-criancas-disponiveis-para-serem-adotadas>>.

Acesso em: 22/06/2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Brasil das desigualdades**: “questão social”, trabalho e relações sociais. Revista Ser Social, v. 15, n. 33, p. 326-342, 2013.

NIEHUES, Mariane Rocha; COSTA, Marli de Oliveira. **CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA**. Rev. Técnico Científica (IFSC), v. 3, n. 1. ISSN 2175-5302, 2012.

Recebido em: 20/4/2019. Aceito: 27/6/2019.

Sobre autoras e contato:

Dyandra Jamilyle Rosário da Silva - Residência Multiprofissional em Serviço Social. Universidade Federal do Pará,

E-mail: jamilyle.ufpa@gmail.com.

Rivânia da Silva Lima - Residência Multiprofissional em Serviço Social. Universidade Federal do Pará, **E-E-Mail:** lima.rivania@yahoo.com.br